

SUJEITO CONTEMPORÂNEO E METÁFORA DO ALINHAVO

Jacy Soares

RESUMO

Para a psicanálise, o lugar do sujeito é o inconsciente. Ali, desde Freud, o sujeito – que é o do desejo – está em casa. Destituído de substância, ele ex-siste como efeito de linguagem, razão pela qual só pode ser representado por um significante (S1) para outro significante (S2). Um traço separa o significante marcado pela unidade dos demais, chamado, por isso mesmo, “traço unário”, reduzindo-se o sujeito ao próprio corte. Desse modo, todo sujeito é igual a qualquer outro, salvo se não se ignora o sintoma mediante o qual ele faz laço social. É o sintoma que faz com que cada sujeito só seja igual a si mesmo. Examinar a questão do lugar do sujeito na contemporaneidade implica confrontar-se com os efeitos de mutações culturais na constituição das subjetividades, o que vem se constituindo objeto de estudo, não apenas de psicanalistas, mas também de antropólogos, filósofos, sociólogos e outros representantes de áreas de conhecimento interessadas em desvendar as formas do mal-estar no atual estágio da civilização. Nesse caminho de investigação, o psicanalista Jean-Pierre Lebrun (2010) se depara com sujeitos dos quais se poderia dizer que não saíram da fase de latência, como se não quisessem crescer, como se órfãos do simbólico fossem – neossujeitos que nos fariam pensar, com base em Charles Melman (2003), que o lugar da divisão subjetiva já não existiria. Tomando essa via que se abre através da clínica do social, a autora faz uma leitura do fenômeno, considerando como categoria de análise o que denomina de “metáfora do alinhavo”, para saber se o lugar de morada do sujeito, na contemporaneidade, permanece o mesmo.

PALAVRAS-CHAVE: mal-estar contemporâneo, lugar do sujeito, clínica do social, neossujeitos.

SUJEITO CONTEMPORÂNEO E METÁFORA DO ALINHAVO¹

Jacy Soares

É com renovado prazer que volto à Universidade do Estado da Bahia, a convite da Profa. Maria de Lourdes Ornellas, para participar do COLÓQUIO ESTADUAL DE PSICANÁLISE E EDUCAÇÃO, sobre o tema Psicanálise e Educação: um estilo de amásio?, este ano em sua terceira apresentação. O tema, desta vez, me empurra, de imediato, para a necessidade de tomar posição diante do termo “amásio”, que integra o título do evento. Recorro ao dicionário para ter o significado preciso e encontro: “indivíduo amancebado, amante, amigo”, remetendo também a “concubinato”, que significa “forma de união socialmente reconhecida [...] e considerada distinta do casamento, segundo critérios que podem variar conforme a sociedade”. Ou seja, embora não se possa pregar que o concubinato existe, quem assim escolher viver uma relação amorosa são estará legalmente casado. Mas uma outra acepção – quando a palavra se põe no feminino – chama a atenção, pois, nesse caso, descobre-se que “amásia” vem do latim “amasia”, significando, primitivamente, “namorada”. Em seguida, também remete para “concubinato”.

Desse modo, o “estilo de amásio” recobriria um extenso campo, comportando desde uma relação de namoro, passando pela amizade ou relação de amante, até a mancebia e o concubinato. Como título interroga, estamos supondo que, ao final do Colóquio, teremos uma resposta. Aguardaremos, pois.

Vamos ao tema que me cabe discutir, antes do que quero saudar aos colegas de Mesa, Psicanalista Sandra Pedreira e Prof. Dr. Elizeu Clementino de Souza, aos coordenadores do evento e aos presentes.

Que lugar tem o sujeito na contemporaneidade? Para começo de conversa, cabe dizer que, para a psicanálise, o lugar do sujeito é o inconsciente. Ali, desde Freud, o sujeito – que é o do desejo – está em casa. Com Lacan, é destituído de substância, ex-sistindo como efeito mesmo de linguagem, razão pela qual só pode

¹ Texto apresentado pela autora no III Colóquio Estadual de Psicanálise e Educação, promovido pela UNEB – Dep. De Educação/DEDCI – Programa de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade, sobre o tema “Psicanálise e Educação: um estilo de amásio?”, como participante da Mesa Redonda “Que lugar tem o sujeito na contemporaneidade?” (26 de maio de 2011).

ser representado por um significante (S1) para outro significante (S2). Um traço separa o significante marcado pela unidade dos demais, chamado, por isso mesmo, “traço unário”, reduzindo-se o sujeito ao próprio corte.

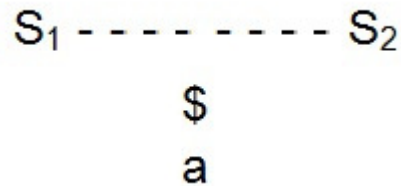


Figura 1

Desse modo, todo sujeito é igual a qualquer outro, salvo se não se ignora o sintoma mediante o qual ele faz laço social. Com se sabe, é o sintoma que faz com que cada sujeito só seja igual a si mesmo.

Na abordagem escolhida para orientar o desenvolvimento do texto, entende-se que examinar a questão do lugar do sujeito, na contemporaneidade – proposta desse Colóquio – implica confrontar-se com os efeitos de mutações culturais na constituição das subjetividades, o que vem se constituindo objeto de estudo, não apenas de psicanalistas, mas também de antropólogos, filósofos, sociólogos e outros representantes de áreas de conhecimento interessadas em desvendar as formas do mal-estar, no atual estágio da civilização. Nesse caminho de investigação, o psicanalista Jean-Pierre Lebrun (2010) se depara com sujeitos dos quais se poderia dizer – repetindo seu raciocínio – que se apresentam como se não tivessem saído da fase de latência, como se não quisessem crescer, como se órfãos do simbólico fossem – *neossujeitos* que nos fariam pensar, com base em formulações do também psicanalista Charles Melman (2003), que o lugar da divisão subjetiva já não existisse.

Assim, tomando essa via que se abre através da clínica do social, proponho-me apresentar uma contribuição a essa leitura do fenômeno, orientada pela questão: será que, em nossa contemporaneidade, o lugar do sujeito – tal qual aquele indicado por Freud e legitimado por Lacan – permanece o mesmo? Para dar conta da tarefa, utilizarei como categoria de análise um construto elaborado por mim, durante a

década de 90², para a compreensão do sintoma na aprendizagem, e que, aqui, numa extensão conceitual, estou chamando de *metáfora do alinhavo*. Do que falarei adiante.

Lugar da divisão subjetiva

O que levaria Melman a afirmar que o lugar da divisão subjetiva já não existe? Como se sabe, a “divisão subjetiva” (*Spaltung*), na conceituação lacaniana, é o preço que o sujeito paga por estar submetido à linguagem, ou seja, à ordem significante. É essa ordem significante que faz advir o sujeito numa estrutura de divisão, sujeito da consciência e do inconsciente. Esta operação se desdobra no curso de um processo – metáfora paterna – do qual resulta o aparecimento do inconsciente, separado da consciência, por intervenção do recalque originário. Ali, no buraco deixado pelo recalco originário, correspondendo à simbolização da perda do objeto, o falo virá instalar-se.

É precisamente essa economia psíquica, organizada pelo recalque que, segundo Melman, estaria sendo substituída por outra, organizada pela exibição do gozo, em decorrência de mutações provocadas pelo progresso científico. Uma consequência disso é que, ao lado do advento de uma grande liberdade, vem ocorrendo também uma crescente anulação da autoridade, uma acentuada perda de referências, uma intensa desqualificação do saber, resultando um inevitável esvaziamento do lugar do sagrado que é, nada mais nada menos, que o próprio lugar da instância fálica.

Lebrun (2010, p. 58) esclarece que esse quadro não configura uma crise dos representantes fálicos, como se poderia pensar. Nesse caso, a questão se resolveria com a simples troca daqueles representantes por outros mais apropriados. A seu ver,

² Doutorado em Educação, realizado entre 1992 e 1995, na Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia.

[...] é com uma *crise da representância fálica* (grifo do autor) como tal que estamos lidando, e é o que convida – mesmo justifica – o psicanalista a assumir sua responsabilidade face ao campo social.

E longe de mostrar-se espantado ou pessimista diante dessa crise que seria causa de novas patologias com as quais nos defrontamos, hoje, ele se põe em alerta, conclamando os psicanalistas a, desse modo, se confrontarem com “essa nova modalidade de sintoma” (Id., p. 58).

O apelo me toca, principalmente, porque na clínica é onde mais me interrogo sobre esses neossujeitos: neossujeitos-crianças que já chegam anteceditos pelo diagnóstico de hiperatividade, uma vez que eles não param em lugar algum; neossujeitos-adolescentes para os quais tudo é “normal”, só conseguindo articular, diante da possibilidade de escolher, um inevitável “tanto faz”; neossujeitos-adultos que expõem sua grande dificuldade de assumir responsabilidades no social, inclusive neossujeitos-pais absolutamente perdidos, por não saberem como dizer o NÃO estruturante que, todavia, sabem que precisam dizer a seus filhos; neossujeitos-muitos resistentes à abdicação do gozo que os impede de assumir falar em nome próprio e que dessa impossibilidade, no entanto, se queixam; neossujeitos, enfim, cada vez mais numerosos, que privilegiam o gozo do objeto em detrimento do gozo fálico.

A descrição é ampla e variada, mas um ponto salta aos olhos como elemento invariável na dinâmica de subjetivação com a qual nos deparamos, hoje: essa presença prolongada da condição de estar em processo de subjetivação. É ainda Lebrun (2008, p. 92) que, ao explicitar a condição capaz de permitir ao sujeito falar em nome próprio, esclarece o que é preciso fazer para chegar a esse nível:

[...] o sujeito deverá consentir, por iniciativa própria, em renunciar ao todo-gozo, logo, muito concretamente, ao todo-poder infantil. É esse limite que os psicanalistas chamam “castração”.

Assim, este seria um outro modo de dizer que, para tornar-se sujeito de desejo, é necessário submeter-se às leis da linguagem. Nisso consiste a dinâmica de subjetivação – que não está desatrelada da dinâmica social. Pelo menos, assim funcionou até bem pouco tempo, quando foi possível acreditar numa espécie de solidariedade entre essas duas ordens que atestam – como já adiantava Calligaris,

em 1991 – que a singularidade se tece na mesma rede em que o social se tece. Isso pode ser conferido no Liminar da obra *Clínica do Social* (1991, p. 12).

O que pensar, o que fazer, contudo, quando esse dispositivo parece já não funcionar?

Da metáfora paterna a uma metáfora do alinhavo

No regime onde se instaura o gozo fálico – que nos impede de gozar plenamente do objeto ao interditar a realização do desejo incestuoso – o sujeito encontra arrimo na instância divina paterna. Trata-se do Patriarcado em relação ao qual a psicanálise construiu a interpretação edipiana. Essa interpretação organiza a estrutura do desejo, na medida em que enoda a cadeia significante ao Nome-do-Pai. E isso se constitui num processo que é a metáfora paterna, mediante a qual o sujeito encontra o seu lugar, que é o lugar de desejar, só a ele tendo acesso por estar em falta.

Nesse no regime que acabamos de descrever, o sujeito está sustentado pela consistência do significante fálico cujo representante legítimo é o Pai. Como diz Lebrun (2010, p. 57); até então, o interdito

[...] se encontrava, na maior parte do tempo, na confrontação com a voz de um pai; esta última bastava, para dar consistência à sua autoridade e desencadear o sujeito. Hoje, essa consistência se mostra caduca e, na maior parte do tempo, a proibição oral não basta mais para constituir limite...

Eis o ponto onde a clínica pode oferecer uma infinidade de exemplos muito elucidativos da falta de consistência dessa autoridade paterna, pois não é raro escutar-se de um pai que seu filho ou sua filha não lhe obedece, não ouve o que lhe diz, não quer saber de limites. E ele, esse pai, não sabe o que fazer para sustentar, no social – onde tem que dar provas da legitimidade de sua autoridade – a competência metafórica de que está investido.

Mas é bom pensar, com apoio em Lebrun, que não se trata de “que não haja mais limites” (Idem, p. 57) ou que o NÃO estruturante, “tornado presente ao sujeito

pela consistência do significante fálico que o Pai tinha a responsabilidade de representar” (Idem, p. 56) já não existia, pois ele está sempre aí. O que, de fato, acontece, na ordem social organizada pela ciência, é que o sujeito ficou sem o arrimo mediante o qual podia sustentar sua subjetividade a partir de um lugar vazio, somente possível porque esse apoio lhe vinha do exterior, de uma posição terceira.

Cabe, nesse momento, trazer de volta uma questão fundamental, que já se constitui foco de estudo para muitos autores, contemporâneos, dentro os quais os psicanalistas já citados Charles Melman e Jean Pierre Lebrun. Refiro-me à questão do declínio da função paterna que não pode ser confundida com o declínio da função do pai na sociedade; como já se encontrava, aliás, em Freud (Psicologia das Massas e Análise do Eu, 1921) e em Lacan (A família, 1938). Entretanto, é forçoso dizer, conforme explicita Lebrun (Id., p. 18-9) que o declínio da função do pai no social

[...] priva de sua legitimidade o *exercício real* (grifo do autor) da função paterna na família, pois o enodamento real-imaginário-simbólico é indispensável para seu funcionamento. Se a função paterna é determinante para a constituição do aparelho psíquico, ela deve, com efeito, passar pelo exercício real de um pai que quer precisamente consentir em desempenhar o pai concreto e que tradicionalmente podia se apoiar na função patriarcal para sustentar sua legitimidade.

Quero retomar, nesse ponto, uma apropriação que fiz do nó borromeano com quatro aros, incluindo, portanto, o sintoma-prótese (Fig. 2), conforme aparece no Seminário RSI (1974)³ e que, adiante, reproduz-se:

³ Conf. Em O avesso da pedagogia: retomando o discurso da subjetividade pela via da psicanálise, publicado em 1999, à p. 150.

NÓ BORROMEU COM 4 AROS (RSI/1974)

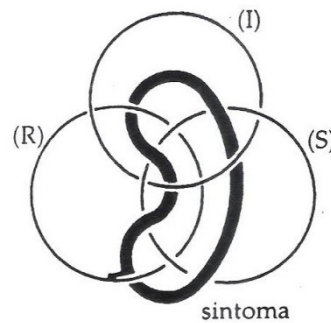


Figura 2

A definição de nó borromeu aparece, pela primeira vez, no seminário *Ou pire...*, na aula de 02 de março de 1972: “cadeia de três e tal que em se destacando um dos seus anéis os dois outros já não podem se manter ligados”. Sabe-se que este é o recurso inventado por Lacan para dar conta do real da estrutura. Explicando: se o sintoma é “o que as pessoas têm de mais real”, ou, ainda, “a nota própria da realidade humana”, como ele nos revela, durante as conferências proferidas nas universidades americanas, em 1975, é preciso que isso se mostre nessa escritura cuja função mesma é suportar a representação desse real. A idéia lhe vem, inicialmente, quando descobre a função de “prótese” que o sintoma de Joyce (de escrever) apresenta, reconhecendo, em seguida, ao aprofundar seu estudo, que essa função protéica pode ser encontrada em certos sintomas – que ele, então, escreve “*sinthomas* – por se mostrarem capazes de reenodar anéis enodados com falhas.

Se a função protéica do sintoma se impõe a Lacan, a partir de um caso de psicose, ao avançar em seus estudos, a extensão dessa propriedade à estrutura da neurose lhe chega quase por consequência, na medida em que já concluía pela equivalência do sintoma com o Nome-do-Pai e o complexo de Édipo. Assim, a partir do seminário *O sinthoma* (1975-1976), a estrutura do falasser se escreve com RSI + o sinthoma.

Foi esta a escritura da qual me apropriei, na tentativa de representar a estrutura psíquica da criança: o nó borromeu com quatro aros, apresentado em

linhas pontilhadas para enfatizar a provisoriedade do arranjo naquela dinâmica de estruturação.

TENTATIVA DE REPRESENTAÇÃO DO NÓ BORROMEU
COM 4 AROS
(em estruturação na criança)

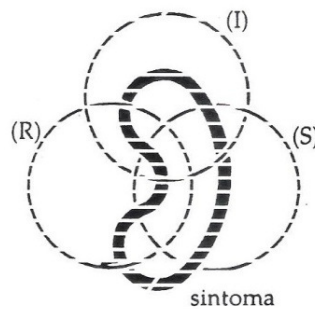


Figura 3

Eis como a representação se explicita no texto referido: *No traçado a que faltaria consistência, pela inconsistência de enodamento entre os elos, o sintoma apareceria fazendo suturas provisórias, não propriamente próteses, até que uma solução estruturante viesse, como traço, marcar a posição do sujeito em relação à ordem fálica. E como não há operação de enodamento que não tenha sofrido suturas provisórias, a função sinthomática é o que poderá, daí em diante, suportar os efeitos de cada modo de estruturação.*

Considerações finais

Por que trago, nesse momento, em que devo pensar sobre a questão do lugar do sujeito na contemporaneidade, essa formulação concebida para dar conta do sintoma na aprendizagem. É que estou propondo para esses neossujeitos que parece não terem saído da latência, num processo de estruturação prolongada, como se órfãos do simbólico fossem, a mesma forma de representação. Como se, no caso dos neossujeitos, o aparelho psíquico não completasse o processo de constituição, por uma falha no enodamento real-simbólico-imaginário cuja representação não poderia fazer-se com linhas cheias. Pelo fato de um pai real ser

incapaz de responder com sua voz do lugar do pai concreto, as suturas cada vez mais provisórias seriam as soluções desesperadas de sujeitos diante da crise de representância fálica.

Na contemporaneidade, apenas um alinhavo, que não pode ser puxado senão ao risco de uma “degenerescência catastrófica”, como já antecipava Lacan (1971-1972), sustentaria o sujeito. A esse processo com que nos deparamos, hoje, na clínica, só encontro essa forma de denominar: metáfora do alinhavo (v. Fig. 3).

E a tentativa de resposta, que apresentaria para discussão, à pergunta proposta à Mesa – Qual o lugar do sujeito na contemporaneidade? – seria: Se, por efeito de mutações culturais, o Pai, “já não se sente mais reconhecido nesse lugar de que o social da modernidade crê ter-se emancipado” (Lebrun, 2000, p. 19), que é o lugar de exterioridade legitimado pela transcendência do qual foi deslocado, só resta ao sujeito buscar arrimo fora de sua morada onde a voz que poderia responder a seus apelos quase silenciou. A um deslocamento do pai estaria correspondendo um deslocamento do sujeito. Assim, esse sujeito agora faz morada onde está o objeto do gozo em torno do qual gravita, isto é, no campo da realidade, preso às teias do imaginário de que se tece a crise da representância fálica.

Mas há talvez uma saída: tentar fazer diferente com essa reserva de subjetividade que o mal-estar implica. De vez em quando, deparamo-nos, na clínica, com sujeitos que, demoram, mas, enfim, conseguem puxar seus alinhavos.

REFERÊNCIAS

LACAN, J. Séminaire Les non-Dupes errant (1971-1972) (inédito).

_____ Séminaire RSI (1974-1975) (inédito).

_____ O Seminário, livro 23: O Sinthoma (1975-1976). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

LEBRUN, Jean-Pierre, A perversão comum: viver juntos sem outro. Rio de Janeiro: Campo Matêmico, 2008.

LEBRUN, Jean-Pierre. O mal-estar na subjetivação. Porto Alegre: CMC, 2010.

MELMAN, Charles. O homem sem gravidade. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2003.